

ECOTURISMO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO E CONSERVAÇÃO DA APA (ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL) DOS PARRACHOS DE RIO DO FOGO/RN

ECOTOURISM: CONTRIBUTIONS TO THE DEVELOPMENT AND CONSERVATION APA (ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA) OF FIRE RIVER PARRACHOS /RN

SAIONARA BRANCO BOLSON¹
 MARIA PASCOA DO VALE²
 JOSE HUMBERTO SILVA DOS SANTOS³
 KÊNIA PEREIRA NUNES⁴

RESUMO: O presente trabalho se propôs identificar as contribuições do ecoturismo e os entraves no desenvolvimento e conservação da APA (Área de Proteção Ambiental), do município de Rio do Fogo/RN. O estudo foi realizado a partir de levantamento bibliográfico e documental, e também a partir da pesquisa de campo na localidade (município de Rio do Fogo/RN) realizada no mês novembro de 2013. Como base metodológica, se privilegiou a abordagem qualitativa. Os resultados apontaram que é necessário fazer um planejamento voltado para a conscientização da população local, visto que, estes são os principais responsáveis pela poluição existente nos Parrachos, como também levar o conhecimento acerca da prática do ecoturismo os benefícios e os impactos que esta modalidade do turismo traz para as áreas de conservação. Constatou-se que existe a participação do poder público nas políticas de desenvolvimento do município, porém, a população desconhece ou não tem acesso. As iniciativas locais revelam estratégias imediatistas sem planejamento e visão a longo prazo. Conclui-se que, mesmo incipiente no Estado, o Ecoturismo, sobretudo na APA dos Parrachos de Rio do Fogo/RN, tem grandes possibilidades de se transformar em produto ecoturístico, mas torna-se necessária a criação de uma gestão participativa, que entenda não somente o poder de órgãos públicos locais, mas o conjunto de poderes instituídos, a sociedade civil organizada, outras esferas sociais, o poder público estadual e federal.

Palavras-chave: Área de Proteção Ambiental. Ecoturismo. Parrachos.

ABSTRACT: The present study aimed to identify the contributions of ecotourism and barriers in the development and maintenance of the APA (Environmental Protection Area), the city of rio do Fogo/RN. The study was conducted from bibliographic and documentara survey and also from the fieldwork in the town (Rio do Fogo) Hélder in November 2013. As a methodological basis was privileged qualitative approach. The results showed that is necessary to make a plan aimed to raies awareness of the local population, since these are the main responsible for existing polution in Parrachos, but also bring knowledge about ecotourism benefits and impacts that sports tourism is back to conservation areas. It was found that there is public participation in power development policies of the municipality. However, the population is unaware of or do not have access. We can concludente that, even in the incipiente state, ecotourism, especially in the APA of Parrachos of Rio do Fogo/RN, háas greater potential to transform into ecotourism product, but is necessary the creation of a a paticipatory management understands not only the power of local government agencies, civil society organizations, other spheres of state and federal government.

Keywords: Environmental Protection Area. Ecotourism. Parrachos.

Sumário: Introdução - 1 O ecoturismo definido pelo turismo – 1.1 Turismo sustentável e os tipos de meio ambiente - 2 Caracterização do objeto - 2.1 Unidades de conservação - 3 Metodologia - 4 Tratamento dos dados - 4.1 Avaliação dos benefícios provenientes da criação da APA para o município - 4.2 Satisfação em relação a (as) contribuição (ões) do ecoturismo no desenvolvimento e conservações da APA - 5 Considerações finais – Referências.

¹ Mestre em Administração área de concentração "Gestão de Pessoas" pela UNP (2012). Professora do Centro Universitário Facex. E-mail: saionara@facex.edu.br.

² Mestre em Ciências Sociais (UFRN) Coordenadora do Curso de Turismo no Centro Universitário Facex. E-mail: turismo@unifacex.edu.br.

³ MBA em Gestão Estratégica de Pessoas. Graduado em Turismo pelo Centro Universitário Facex. E-mail: humberto23silva@hotmail.com

⁴ MBA em Gestão Estratégica de Pessoas. Graduado em Turismo pelo Centro Universitário Facex. E-mail: turismo@unifacex.edu.br.

INTRODUÇÃO

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivo de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (IGNARRA, 1998).

Durante muitos anos, o turismo foi visto como um fenômeno altamente positivo tanto pelo seu aspecto econômico, quanto por se tratar de um fenômeno sociocultural (DIAS, 2005). Esta concepção vem mudando, principalmente pelo fato de ser reconhecida também sua característica influenciadora no meio ambiente. De fato, a atividade turística compreende todas estas dimensões, causando impactos – positivos e negativos – a todos os campos citados.

O ecoturismo é um segmento que vem crescendo no Brasil, segundo Spinola (2006) pela própria vocação natural que o país possui, sendo vastas áreas que propiciam a realização desta prática, transformando o Brasil em um destino mundialmente conhecido por suas belezas naturais e que atraem demanda interna e externa, principalmente para as áreas ainda pouco exploradas ou de difícil acesso.

A utilização do meio ambiente trouxe a garantia de sobrevivência para a espécie humana. Porém para manter sua subsistência, muitas vezes houve a modificação e/ou retirada de recursos prejudicando assim a perpetuação no planeta. No Brasil as APAS foram criadas pela lei nº 6.902, de 27 de Abril de 1981, para garantir a preservação do meio ambiente, proteger as áreas naturais para que não sofram modificações de forma acelerada, visando assegurar o bem-estar das populações urbanas bem como melhorar as condições ecológicas do local.

A APA (Área de Proteção Ambiental) é definida no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), como “uma área geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais”. A APA é importante para os ecossistemas, pois visa à preservação da mesma, tem o objetivo de ordenar o uso e preservar esses ecossistemas, seja de Praias, Mata

Atlântica e Manguezal, Lagoas, Rios e demais recursos hídricos; dunas, espécies vegetais e animais.

O Rio Grande do Norte é banhado por importantes áreas no que diz respeito ao meio Ambiente, são vários os municípios que possuem estas belezas naturais e que são amparadas por lei, no município de Rio do Fogo/RN é um local propício para o surgimento do ecoturismo, mais precisamente na UC (Unidades de Conservação) onde estão inseridos os Parrachos, no intuito de estabelecer postos de trabalho à população residente e criação de renda capaz de promover o desenvolvimento local.

O Município do Rio do Fogo/RN fica ao norte do Estado, e teve sua origem com a vinda de quatro famílias do sertão, que fugiram da seca em busca de melhores condições de vida no litoral, a origem do nome do município surgiu através do nome Rio Roxo, onde em noite de pescaria, os pescadores e suas companheiras viam famílias com velas andando sobre as águas em procissão, outros viam círculos de fogo às margens do rio, e associavam a um fenômeno sobrenatural, a partir destes acontecimentos o nome do município passou a ser chamado de Rio do Fogo.

Assim, o presente trabalho objetiva identificar as contribuições do ecoturismo e os entraves no desenvolvimento e conservação da APA (Área de Proteção Ambiental), do município de Rio do Fogo/RN como uma fonte contribuinte para o desenvolvimento econômico e ambiental dos Parrachos que faz parte de uma unidade de conservação, e que também visa fomentar a prática do ecoturismo.

1 O ECOTURISMO DEFINIDO PELO TURISMO

A prática relacionada à exploração de forma sustentável em áreas de preservação ambiental está inserida no conceito de ecoturismo; Segundo o Ministério do Turismo,

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações. (BRASIL, 2008, p. 16)

Para a EMBRATUR, ecoturismo é um segmento de atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivando a

conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente.

Uma das principais vantagens do ecoturismo é a de proporcionar um impulso que favorece tanto a expansão da conservação, quanto o desenvolvimento do turismo. (LINDBERG; HUBER 2001)

Outra forma de ver a atividade turística é entendê-la a partir da definição de ecoturismo:

O ecoturismo é a prática do turismo recreativo, esportivo ou educativo, que se utiliza de forma sustentável dos patrimônios natural e cultural, incentiva a sua conservação, promove a formação de consciência ambientalista e garante o bem estar das populações envolvidas. (INSTITUTO DE ECOTURISMO DO BRASIL, 1995, p. 24)

Outra interpretação está estabelecida na conceituação da Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES), permanece como referência para todo o Brasil: Ecoturismo é uma viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local. (WESTERN, 1999)

Esta ocupação vem crescendo e desenhado atividades que se estabelecem tanto no mundo como no Brasil. Divulgado no meio turístico com grande competitividade que anda de mãos dadas com outros tipos de turismo, do tipo: Turismo de Aventura; Turismo Cultural; Turismo Rural, etc., mas sempre aliada à conservação ambiental e a sustentabilidade.

Desta forma o Ecoturismo tem a responsabilidade de contribuir para a conservação do ecossistema e as suas discussões ganham espaço nos meios científico, político e social, e essas preocupações favorecem aos governos e às organizações privadas e não governamentais a introdução de novas visões para o desenvolvimento econômico, que incorpora a atividade turística, tanto na esfera acadêmica, quanto nas organizações civis.

Preocupação mais recente com a conservação ambiental está a exigir medidas que contemplem o *turismo sustentável*, definido por PEARCE como maximização e otimização das distribuições dos benefícios do desenvolvimento econômico baseado no estabelecimento e na consolidação das condições de segurança sob as quais serão oferecidos os serviços turísticos, para que os recursos naturais sejam mantidos, restaurados e melhorados. (BENI, 2008, p. 63)

Sendo assim, a atenção voltada para o turismo sustentável e o ecoturismo estabelecem uma relação harmoniosa visando preservar os recursos naturais e em

consequência, a melhoria dos benefícios para o desenvolvimento econômico de uma região com áreas de proteção estabelecidas e protegidas.

1.1 TURISMO SUSTENTÁVEL E OS TIPOS DE MEIO DE AMBIENTE

Para realizar a atividade do ecoturismo no Brasil devem-se seguir as recomendações de exigências nos cadernos de turismo do Mtur. O inventário da região é o primeiro passo a ser analisado, onde estão mapeados os recursos naturais a sua potencialidade, com as recomendações para a estruturação de um destino. No destino a ser planejado e gerenciado deve seguir as orientações para a participação da comunidade, os mecanismos de promoção, a identificação e o registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo, como instrumento de informação.

Assim, é possível entender o ecoturismo a partir do meio ambiente, de forma que o autor Swarbrooke (2000, p. 24), tipifica aqui em seis segmentos: “1) Turismo Litorâneo; 2) Turismo nas ilhas; 3) Turismo no Interior; 4) Turismo em Regiões Montanhosas; 5) Turismo Urbano e 6) Turismo Marinho, o que acontece no mar, na observação dos animais etc.” Para cada tipo de ambiente deve existir o equilíbrio dos impactos negativos e positivos dentro de suas características próprias que as distinguem um do outro.

É preciso ressaltar que o turismo litorâneo que será pertinente ao meio natural de Rio do Fogo/RN, jamais se aplica ao que há anos se aplica na região, mas sim o turismo sustentável, dentro das premissas do ecoturismo que valoriza o meio natural, apesar de formular o desenvolvimento econômico da região.

O que não impede de que a diversidade do patrimônio natural de Rio do Fogo/RN sugira a criação de outros produtos diferenciados com mais opções e produtos de outras atividades.

2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

2.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O sistema Nacional de Unidade de Conservação, criado através da Lei n. 9.985/2000, que compreende o conjunto de unidades de conservação federais,

estaduais e municipais, instituiu as unidades de proteção integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de vida Silvestre) e as unidades de uso sustentável (Área de proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural).

Tendo em vista que, as Unidades de Conservação integrantes do SNUC foram divididas em 2 grupos conforme suas características e níveis de restrição: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável (art. 7º, incisos I e II da Lei Federal n. 9.985/00), que podem ser entendidos pelo quadro a seguir:

Quadro 01 - Grupos de Unidades de Conservação (UC)

I - UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	II - UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL
Estação Ecológica Reserva Biológica Parque Nacional Parque Estadual Monumento Natural Refúgio de Vida Silvestre	Área de Proteção Ambiental Área de Proteção Ambiental Estadual Área de Relevante Interesse Ecológico Floresta Nacional Floresta Estadual Reserva Extrativista Reserva de Fauna Reserva de Desenvolvimento Sustentável Reserva Particular do Patrimônio Natuara

Fonte: Ambiente Brasil (2013)

Estas áreas Unidades de Conservação estão sujeitas a normas e regras especiais e só podem ser alteradas e/ou reduzidas mediante lei específica, bem como são devidamente localizadas e ilustradas, bem como caracterizadas, no Mapa das Unidades de conservação no Rio Grande do Norte, de acordo com a figura abaixo:

FIGURA 1: Mapa das Unidades de conservação no Rio Grande do Norte

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE



No Rio Grande do Norte, a gestão destas Unidades compete ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - IDEMA/RN, por meio do Núcleo de Unidades de Conservação (NUC). O setor, juntamente com o Programa Estadual de Unidades de Conservação, foi instituído, no âmbito interno do IDEMA, por meio da Portaria n. 455 de 26/12/2003, com a finalidade de dar cumprimento ao que estabelece o SNUC, regulamentado pelo Decreto n. 4.340 de 22 de agosto de 2002.

Na Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, Capítulo III, Art.15. Estabelece que, Área de Proteção Ambiental (APA) é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas.

Área de proteção ambiental tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, bem como disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. São constituídas por terras públicas ou privadas, respeitando os limites constitucionais, podendo ser estabelecidas normas e restrições para utilização de uma propriedade privada localizada em Área de Proteção Ambiental. As condições para a realização de pesquisa científica e

visitação pública sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.

A Área de Proteção Ambiental disporá de um conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações de sociedade civil e da população residente.

As APAs foram criadas pela Lei de n. 6.902/81, que permite ao Poder Público executivo declarar área de interesse para a proteção ambiental de certas porções do território, a fim de assegurar o bem-estar das populações urbanas e conservar, ou melhorar, as condições ecológicas locais. Para tanto deverá ser estabelecido normas, limitando ou proibindo:

- a) a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água;
- b) a realização de obras de terraplanagem e abertura de canais quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais;
- c) o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ ou acentuado assoreamento das coleções hídricas;
- d) o exercício de atividades que ameaçam extinguir na área protegida as espécies raras da biota regional;
- e) o uso de biocidas quando indiscriminado ou em desacordo com as normas ou recomendações técnicas oficiais;
- f) a construção de edificações, em terrenos que, por suas características, não comportarem a existência simultânea de poços, para receber o despejo de fossas sépticas, e de poços de abastecimento d'água, que fiquem a salvo de contaminação, quando não houver rede de coleta e estação de tratamento de esgoto em funcionamento;
- g) a realização de projetos de urbanização que, por suas características, possam provocar deslizamento do solo e outros processos erosivos;
- h) a retirada de areia ou de material rochoso ou construções de qualquer natureza, exceto e embarcadores, nos terrenos de marinha e seus acrescidos.

Vale ressaltar que, segundo Souza Filho (1997) apenas a criação das APAs não tem efeito prático, pois é necessário que haja a norma reguladora, o zoneamento e plano de gestão. Sem esses três elementos acabam-se aplicando na área a legislação geral existente, e para isso não é necessário a APA, apenas uma fiscalização eficiente.

3 METODOLOGIA

A elaboração deste trabalho teve como base uma combinação entre pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada através de consultas em livros, artigos, revistas e acervos virtuais e a pesquisa de campo. Quanto aos procedimentos utilizados na pesquisa documental, foram analisados documentos dos órgãos públicos e privados os quais constam registros de períodos presente e passados. Para Gil (1999), a pesquisa documental apresenta uma riqueza própria, pois resgata informações do passado e/ou possibilita uma leitura histórica dos acontecimentos.

O Universo da pesquisa foi caracterizado pela população de pescadores e gestores responsáveis por órgãos que estão diretamente ligados ao turismo em Rio do Fogo/RN. Na concepção de Fachin (2005, p. 47), universo é entendido como “o conjunto de fenômenos, todos os fatos apresentando uma característica comum”.

O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa exploratória por amostragem, pois segundo Gil (2008, p. 51), a pesquisa exploratória “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipótese. Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado”. Assim, para dar conta dos objetivos propostos neste trabalho, foram selecionadas amostras de sujeitos da população local com uma atenção maior aos pescadores já que estes estão envolvidos com a área em estudo, bem como os gestores responsáveis pelo município (Secretaria de Turismo e Meio ambiente) e os órgãos responsáveis pela área de preservação ambiental (IDEMA e IBAMA).

Como procedimento, optou-se por levantamento realizado com entrevistas presenciais através de questões semi-estruturadas para um melhor entendimento acerca do tema abordado. Para Manzini (1991, p. 154), “a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual se confecciona um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista.” Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

4 TRATAMENTO DOS DADOS

Realizada no mês novembro de 2013, a pesquisa de campo contou com a presença de 20 entrevistados. Entre os entrevistados, verificou-se que 60% da população possuem idade entre 36 a 45 anos e mostrando-se um público economicamente ativo. Em relação à renda familiar a maioria dos entrevistados afirmou ter de 1 a 3 salários mínimos, assim 95% da população apresenta dificuldade em aumentar suas rendas devido a possível falta de opções de políticas sociais locais apontadas pelos entrevistados e que possam inseri-los no desenvolvimento econômico local. No entanto a maioria tenta tirar seu próprio sustento advindo das atividades exercidas pela pesca, bem como do meio rural, com o plantio e a colheita, que lhes trazem benefícios embora não sejam econômicos, mas lhe servem como meio de subsistência.

Com relação à ocupação, a presente pesquisa aponta que 20% dos entrevistados são pescadores, mostrando que essa é a principal renda que movimentam a economia local, seguido dos residentes frequentadores da praia com 25% apontando a valorização por um atrativo natural local, e com 40% outros (Donas de casas e estudantes).

4.1 AVALIAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PROVENIENTES DA CRIAÇÃO DA APA PARA O MUNICÍPIO

Identificou-se que 70% dos pesquisados afirmam estarem satisfeitos com as contribuições pós APA, esse resultado mostra o quanto a população se preocupa com a conservação do ambiente e o quanto é importante para a preservação das espécies daquele ecossistema, mostrando preocupação com questões referentes à preservação ambiental. Para Ferreti (2002) o impacto positivo da atividade turística reside no fato de que, a partir da força do interesse turístico, podem ser gerados recursos e ações efetivas para proteção dos recursos naturais. E quando há participação entre poder público e a população local, emergem possibilidades ainda maiores para que o potencial turístico de determinado localidade seja explorado sem que hajam desgastes ambientais efetivos.

Com relação à distribuição dos empreendimentos na orla, 70% estão satisfeitos e afirmam ser mais uma alternativa para garantir uma melhoria na renda,

visto que a maioria dos empreendimentos são dos próprios residentes locais. Porém, consideram que os empreendimentos ou a orla necessitam de melhorias, como por exemplo, a construção de quiosques padronizados para atender melhor aos poucos turistas que ali frequentam, bem como a população local. Na versão deles, para que turismo se insira no município é necessário um planejamento turístico que esteja voltado para as reais necessidades da localidade, visando à satisfação tanto dos visitantes quanto da população local.

Foi identificado ainda, um percentual de 40% de satisfação com relação à preocupação do governo municipal voltada para a conservação da praia. Percebeu-se que as preocupações do poder público estão muito mais relacionadas às questões políticas, como visto na fala de alguns entrevistados, demonstrando um posicionamento contrário a administração municipal, *“a prefeitura só faz alguma coisa quando é época de eleição, do contrário fica assim, tudo largado”*, dizem eles.

Em relação à implementação da APA, cerca de 65% dos entrevistados mostraram-se satisfeitos com o acesso ao município e a praia. Com essas obras o município passou a ter melhor acesso, com vias asfaltadas melhorando o tráfego de veículos que adentra no município.

Em relação à preparação do município para desenvolver o turismo, mais de 45% dos pesquisados afirmam estarem satisfeitos. Advindo das melhorias de infraestrutura e qualificação profissional através dos PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) da população autóctone. Muito embora, alguns deles esclarecerem que estes cursos são pouco aproveitados pelos moradores, pois não veem uma possibilidade de colocação de trabalho por falta de oportunidades no município.

De acordo com a opinião dos entrevistados mais de 60% afirmam estarem satisfeitos com a imagem do município. Esta opinião reflete a distribuição em seu território de atrativos turísticos, dando-lhes credibilidade diferenciando de municípios vizinhos, promovendo sua valorização enquanto lugar turístico. Segundo CRUZ (2003) lugar turístico é uma expressão utilizada tanto para se referir a lugares considerados potencialmente turísticos. Assim, muitos se sentem privilegiados e comprometidos com a preservação do lugar, visualizando uma possibilidade maior de desenvolvimento com relação ao turismo. Tendo isso como um diferencial de competitividade maior com relação aos demais municípios do entorno.

4.2 SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO A (AS) CONTRIBUIÇÃO (ÕES) DO ECOTURISMO NO DESENVOLVIMENTO E CONSERVAÇÕES DA APA.

Com relação às questões sociais no que se referem ao desenvolvimento social, 20% dos pesquisados afirmam que existe igualdade no desenvolvimento do turismo, 20% às vezes e 60% afirmam que não. Na fala dos entrevistados percebeu-se a ausência nas políticas públicas de desenvolvimento por parte do poder público. Segundo Beni (2008, p. 105)

Um dos principais obstáculos que o desenvolvimento da atividade de Turismo apresenta na maioria dos países é justamente a dificuldade de defini-lo do ponto de vista da administração pública. Embora muitos estudiosos incluam o Turismo entre os setores econômicos na organização administrativa do Estado, na prática isso não ocorre em todos os países.

Os resultados obtidos em relação a treinamentos para lidar com turistas mostraram que cerca de 20% dos entrevistados estão satisfeitos e mais de 55% não estão. Na fala dos entrevistados percebeu-se a ausência de políticas públicas voltado para a capacitação da comunidade para o turismo. Neste ponto, fica evidente que a população fica a mercê da própria sorte em desenvolver novas atividades, pois não há efetivamente a participação dos órgãos públicos com políticas voltadas para a abertura de novas possibilidades seja através de cursos voltados para a capacitação de mão de obra, seja através de financiamentos e de acompanhamento para desenvolver novas atividades.

Com relação à identificação e fixação da população na localidade, verificou-se que existe uma migração de 80% dos nativos. Foi observado que esse resultado advém da falta de infraestrutura para os jovens do município que buscam formação de nível superior em outros municípios, principalmente na capital do estado.

No que se refere às oportunidades de negócios para a comunidade, mais de 50% demonstraram-se insatisfeitos, pois ainda vislumbram apenas a pesca como principal fonte de renda. Deixando claro, que o poder público não está preocupado em fomentar novas atividades que pudessem gerar novos negócios na comunidade local. O turismo poderia ser uma delas.

Com relação à satisfação em pertencer a uma APA, os resultados foram equilibrados. Na fala dos entrevistados transpareceu que a população tem consigo um vocabulário no qual a conservação em áreas naturais já faz parte do cotidiano, pelas práticas que tangem as questões ambientais. Embora, alguns ainda achem

que se deveria ter mais envolvimento e comprometimento da população local em preservar o que é de todos. E por ser um bem comum, todos devem ter a mesma consciência na hora de utilizar seja para a exploração turística, seja para os benefícios próprios.

No que tange às políticas de conservação da APA, 60% dos entrevistados afirmam que existe atuação do poder público na conservação da mesma. Identificou-se na fala dos entrevistados, que há fiscalização por parte dos órgãos responsáveis pelo monitoramento e conservação IBAMA e IDEMA. E 70% deles afirmaram que existe atuação destes órgãos apenas nas poucas atividades ligadas ao ecoturismo.

Quanto à preocupação por parte do poder público na qualificação da população com base em cursos profissionalizantes, especialmente os voltados para o turismo, 65% afirmam que existe atuação do poder público federal através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), dando oportunidade aos jovens e adultos adquirir qualificação profissional para a inserção neste mercado de trabalho. No entanto foi percebida na fala dos entrevistados a falta de interesse em participar do PRONATEC, pois mais de 40 % afirmaram que esses cursos não irão ajudá-los a desenvolver uma atividade diferente da que eles já têm, pois o município oferece quase que nenhuma oferta de emprego nesta área. Ou seja, a falta de investimento para desenvolver a economia local é bastante perceptível e deixa a população local sem nenhuma outra opção que não seja a pesca de subsistência.

No que diz respeito às atividades educativas para os visitantes ou residentes com vistas à preservação da APA, 95% afirmam não existir. Esta ideia se contrapõe pelo fato de existir as políticas públicas voltadas para a conservação.

Com relação à participação da comunidade na preservação da APA apenas 15% afirmam existir. A maior parte, mais de 80% afirma que não existe nenhuma ação ou conscientização da população local voltada para a preservação. Segundo os entrevistados, a própria comunidade é responsável pela maior parte da poluição, pois quando utilizam a área em questão deixam materiais orgânicos e inorgânicos, como por exemplo, garrafas pets, restos de alimentos, etc. Uma vez que não há nenhuma ação que venha coibir tal prática todos continuam fazendo. Uma das maneiras para minimizar a degradação ambiental e suas consequências, se dá através das políticas públicas voltadas para o meio ambiente, visto que o cidadão tem direito ao meio ambiente como um bem público de uso comum.

Segundo o artigo 225 da Constituição Brasileira:

Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o poder de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL. Constituição, 1988)

Além disso, quando questionados acerca da exploração da APA pelo turismo, a maioria acha que esta não traz maiores danos e que há uma grande preocupação tanto dos órgãos públicos, através de ações educativas, quanto dos próprios turistas que já vem com olhar mais perceptivo e com uma educação mais voltada para a preservação dos ambientes naturais. Identificou-se, porém, que a destruição é fruto da ação dos pescadores e não dos turistas, visto que o turismo não é uma atividade frequente nessas áreas, onde o principal visitante são os pescadores e seus familiares.

Nos questionamentos direcionados aos gestores responsáveis pelo município (Secretaria de Turismo e Meio ambiente), com a relação à participação nas políticas públicas de desenvolvimento e conservação da APA ambos não ofereceram subsídios para a pesquisa, o que demonstra a falta de envolvimento com a causa. Os mesmos não têm nenhuma noção da importância que tem o papel deles nesse processo. Consideram apenas que o seu papel é tão somente e verdadeiramente burocrático de um proibir-liberar, mas não existe nesse meio um termo que diga qual a melhor forma se é proibir ou liberar sem restrição ou liberar com restrição.

Importante vislumbrar a gestão ambiental como foco da administração pública neste processo de administrar, ou seja, usar um conjunto de princípios, normas e funções para obter os resultados desejados. A gestão ambiental de um território deve cuidar para que este não se deteriore, conservando as características que se deseja e aprimorando aquelas que necessitam de melhoria. Para isto, é preciso conscientizar e capacitar administradores e funcionários para que possam desempenhar seu papel, suas responsabilidades e atribuições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, os municípios brasileiros vêm assumindo um papel cada vez mais efetivo na gestão das políticas públicas, dentre elas a política ambiental

galgada em políticas que visa tanto preservar o meio ambiente quanto aquelas que tragam benefícios efetivos para a população local que estão envolvidas em atividades de exploração turística, como é o caso deste trabalho.

Considerando que os Parrachos do município de Rio do Fogo/RN estão se tornando um atrativo para os turistas que visitam o estado do Rio Grande do Norte, isso pelo simples fato deste local encantar por suas belezas naturais relevantes e biomas/especies animais preservadas. Torna-se necessário que haja uma preocupação por parte dos administradores (Órgãos Ambientais) em preservar estas áreas. Daí a preocupação com relação à criação da APA (Área de Proteção Ambiental), pois com uma exploração sem controle e sem planejamento, podem ocorrer problemas voltados para o meio ambiente como a destruição dos arrecifes de corais, um dos ecossistemas mais frágeis. A comunidade por sua vez, pode favorecer-se dessa atividade, para assim tornar a possibilidade do turismo um caminho desbravador para fomentar a economia local.

Vale ressaltar que para que haja a atividade do ecoturismo nas áreas de proteção ambiental, é necessário que antes de tudo faça-se um planejamento voltado para a conscientização da população local, as iniciativas locais revelam estratégias imediatistas sem planejamento e visão a longo prazo, visto que, a pesquisa mostrou que eles são os principais responsáveis pela poluição existente nos Parrachos, como também levar o conhecimento acerca da prática do ecoturismo os benefícios e os impactos que esta modalidade do turismo trás para as áreas de conservação.

E a melhor forma de tornar possível esse trabalho quanto à conscientização na exploração nos Parrachos pelo turismo e pela população, seria por meio da capacitação através de cursos, palestras, trabalhos sociais voltados para a comunidade, para assim formar profissionais qualificados para a prática do ecoturismo no desenvolvimento do município e na preservação e conservação dos Parrachos.

Com relação ao poder público, caberia tornar as políticas mais acessíveis para a comunidade, tornando-o mais participativo no desenvolvimento do ecoturismo na localidade e quanto aos órgãos ambientais trabalhar melhor a fiscalização. A consciência ambiental das pessoas está crescendo, pois todos sabem que a interferência humana pode causar danos irreversíveis à própria natureza e ao homem também. Entretanto, muitos problemas ambientais continuam ocorrendo,

devido ao uso excessivo de alguns locais, degradando os ecossistemas que são fontes da vida, pois é através destes que muitos animais e organismos conseguem se reproduzir. Tais problemas mostram a falta de uma política ambiental adequada que controle a destruição da fauna e da flora marinha. Isso pode ser explicado pelo fato de que o tema não é prioritário para muitos governantes, mesmo existindo muitos conselhos e secretarias especializados no assunto, além de os políticos não se importarem com a situação que se agrava a cada dia, pensando somente em si mesmos.

Constatou-se na pesquisa que existe a participação do poder público nas políticas de desenvolvimento do município, porém a população desconhece ou não tem acesso a elas, o que leva a crer que não há um contato entre os gestores e a comunidade. Desta forma, sugere-se a criação de uma gestão participativa, que entenda não somente o poder de órgãos públicos locais, mas o conjunto de poderes instituídos, a sociedade civil organizada, outras esferas sociais, o poder público estadual e federal e as relações que estabelecem entre si. Uma boa gestão ambiental depende do bom funcionamento deste conjunto e tem como atribuições cuidar das áreas importantes para o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida dos cidadãos sejam eles da comunidade local ou de visitantes.

Para que essa prática do ecoturismo e conservação dos Parrachos aconteça é preciso que exista um elo entre a comunidade, empresários, poder públicos e órgãos ambientais. Conclui-se que, mesmo incipiente no Estado, o Ecoturismo, sobretudo na APA dos Parrachos de Rio do Fogo/RN, tem grandes possibilidades de se transformar em produto ecoturístico, mas torna-se necessária a criação de uma gestão participativa, que entenda não somente o poder de órgãos públicos locais, mas o conjunto de poderes instituídos, a sociedade civil organizada, outras esferas sociais, o poder público estadual e federal.

E antes de tudo fazer um planejamento, para que a prática venha a ser explorada de maneira sustentável e que está envolva a comunidade receptora, para se ter uma consciência que ali existe algo valioso, não só econômico como também ambiental.

O Município de Rio do Fogo/RN precisa se adequar a essa modalidade de turismo sustentável, tanto para os visitantes quanto para os moradores. E a melhor maneira seria criar um plano de manejo e através dele monitorar o acesso aos Parrachos e por meio desse estudo elaborar atividades que visem à exploração de

forma sustentável. Sendo assim, com todos esses benefícios, o atrativo aqui descrito geraria renda para a população, além de proporcionar uma nova forma de proteção dos Parrachos.

REFERÊNCIAS

BENI, Mário Carlos: **Análise estrutural do turismo**. 13. ed. São Paulo: SENAC, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. _____. **Segmentação do Turismo e o Mercado**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 1. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da: **Introdução à geografia do turismo** 2. ed. São Paulo: ROCA, 2003.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva 2005.

FERRETI, Eliane Regina, **Turismo e meio ambiente uma abordagem integrada**. São Paulo: ROCA, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Dados Demográficos e populacionais**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 24 Mar. 2013.

IDEMA. **Unidade de Conservação**. Disponível em: <<http://www.idema.rn.gov.br>>. Acesso em: 24 Mar. 2013.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 1998.

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo, um guia para planejamento e gestão**. 5. ed. São Paulo: SENAC, 2005.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26-27, p. 149-158, 1991.

MORAES, Marília Brito Rodrigues de, **Área de proteção Ambiental –APA como agência de desenvolvimento sustentável: APA Cananéia-Iguape-Peruíbe /SP**. São Paulo, 2004.

PROINFA, **Programa de incentivo as fontes alternativas de energia elétrica**. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/programas/proinfa>>. Acesso em: 01 Mai. 2013.

SOUZA FILHO, C.F.M. **Conceitos e fundamentos jurídicos das APAs.** In: SEMINÁRIO DE DISCUSSÃO SOBRE ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ESTADUAIS, 1, 1997. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, p. 1-7.

SPINOLA, Carolina de Andrade, O ecoturismo, o desenvolvimento local e a conservação da natureza em espaços naturais protegidos: Objetivos conflitantes? **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n. 13, jan. 2006.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental.** São Paulo: Aleph, 2000.

WESTERN, David. Definindo ecoturismo. In: LINDBERG, Kreg. HAWKINS, E. Donald (editores). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.** 2. ed. São Paulo: Senac, 1999.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração-** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Artigo recebido em: Abril/2015

Aceito em: Julho/2015